AGRICULTURA SC

EDIÇÃO Nº 92 | AGOSTO DE 2021

Fechamento autorizado,
pode ser aberto pela ECT.

FAESC
Federação da Agricultura
e Pecuária – Santa Catarina

SENAR
Santa Catarina

Foto Pixabay

REVISÃO DO CÓDIGO AMBIENTAL DE SC

Um debate que precisa ser conduzido com visão científica, conhecimento econômico e sensibilidade social Páginas 8 e 9

PREÇOS DE TERRA

FAESC/SENAR-SC E CNA ALERTAM SOBRE O VALOR DA TERRA NUA

Página 3

INFRAESTRUTURA

FAESC QUER MAIS INVESTIMENTOS NO SISTEMA RODOVIÁRIO

Páginas 6 e 7

ATEG

COM APOIO DO SENAR/SC, PISCICULTURA CRESCE NO SUL DE SC

Páginas 10 a 12

OFICINA TÉCNICA

MAIS CONHECIMENTO AOS CRIADORES DE GADO LEITEIRO NO OESTE

Páginas 16 e 17

ESPERANÇA PARA OS JOVENS

José Zeferino Pedrozo - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de SC (Faesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/SC)

Há um problema na vida nacional que não está merecendo a devida atenção, provavelmente em face da pandemia e das crises cotidianas que ocupam a pauta do governo, do Congresso e das instituições em geral. Refiro-me à desesperança que acomete grande parcela da juventude brasileira. Sem perspectivas, metade dos jovens quer deixar o Brasil. Essa assertiva resume o drama: os jovens brasileiros querem imigrar para outros países. É a juventude desistindo do Brasil.

Gestores públicos, educadores, empresários, autoridades de todas as esferas, universidades e as famílias precisam olhar para esse quadro e priorizar tanto a compreensão desse fenômeno como a busca de solução. Isso é muito perturbador. O jovem, cuja missão em tese seria construir o futuro do País, não quer ter futuro na sua terra natal.

Evidente que muitas variáveis contribuíram para esse estágio, como as crises econômica, política e sanitária. A face mais dramática da crise econômica é o desemprego e este atingiu em cheio os estamentos mais jovens da população. A crise econômica potencializada com a pandemia elevou a desocupação de jovens (15 a 29 anos) de 49,5% para 56,3%. Mais de 70% têm dificuldade para encontrar trabalho. A conjugação de fatores negativos é causa e efeito da escolarização baixa. O IBGE constatou que mais da metade (51,2%) das pessoas com 25 anos ou mais não concluiu uma das etapas que compreendem o ensino infantil, fundamental e médio.

É necessário e urgente planejar e implementar programas de qualificação, valorização e inclusão do jovem no mercado de trabalho. Talvez haja um paradigma a seguir. A agricultura e o agronegócio desenvolveram ações pioneiras em áreas próximas, tangentes ou coincidentes com essa realidade ao tratarem a questão do êxodo rural. Na segunda metade do século passado, a migração regional das zonas agrícolas para os centros urbanos, em amplitude regional ou interestadual, foi amplamente estudada em várias partes do País. Em SC ocorreu o esvaziamento dos campos e a concentração populacional nas regiões litorâneas.

O êxodo rural foi um fenômeno verificado em muitos países, mas a produção de alimentos não chegou a ser prejudicada em face da adoção de novas tecnologias. Entretanto, manter uma parcela da população no campo para garantir a segurança alimentar da Nação é essencial. Para isso, cresceu o investimento em infraestrutura – estradas, escolas, postos de saúde, energia elétrica, internet etc. – capaz de melhorar a qualidade de vida e de trabalho da família rural.

Paralelamente surgiram programas de envolvimento, motivação e qualificação dos jovens através das cooperativas, sindicatos, associações rurais, Prefeituras, universidades e, de modo especial, o SENAR. Em SC, o SENAR substituiu parte dos cursos de curta duração criados para aperfeiçoar os produtores em habilidades necessárias para o cotidiano das atividades agrícolas e pecuárias por cursos de alto nível e de média ou longa duração. Aqui se incluem a assistência técnica e gerencial, o curso Técnico em Agronegócio e os cursos superiores em Tecnologia de Gestão do Agronegócio, Gestão Ambiental, Gestão de Recursos Humanos e Processos Gerenciais, entre outros. Essas novas ferramentas educacionais têm os jovens como clientela básica e prestam grande contribuição na transformação de produtores em empresários rurais.

O resultado de todo esse esforço é gratificante. Os jovens estão ficando ou retornando ao meio rural porque ali exercem com sucesso as atividades típicas do agro e obtêm renda. E com a renda advêm os outros benefícios, qualidade de vida etc.

Governo e sociedade devem seguir o exemplo do agronegócio e criar novas perspectivas para os jovens. É vital restituir ao jovem a esperança, o otimismo e a crença no Brasil.

AGRICULTURA SC

R. Delminda Silveira, 200 - Agronômica, Florianópolis - SC, 88025-500 - Fone (48) 3331-9700
FAESC: facebook.com/FAESCSantaCatarina | **SENAR/SC:** facebook.com/SENARSC | www.SENAR.com.br

DIRETORIA DA FAESC 2019/2023: Presidente: José Zeferino Pedrozo, 1º vice-presidente Executivo: Enori Barbieri, 2º vice-presidente Executivo: Milton Graciano Peron, 1º vice-presidente de Secretaria: João Francisco de Mattos, 2º vice-presidente de Secretaria: João Romário Carvalho, 1º vice-presidente de Finanças: Antônio Marcos Pagani de Souza, 2º vice-presidente de Finanças: Vilson Antônio Verona **CONSELHO FISCAL:** Efetivos: Rogério Pessi, Valdemar Zanluchi, Arny Mohr. Suplentes: Fabrício Luiz Stefani, Dionísio Scharf e Luiz Sérgio Gris Filho. **VICE-PRESIDENTES REGIONAIS:** Extremo Oeste: Adelar Zimmer; Oeste: Ricardo Lunardi, Meio Oeste: Clemerson Pedrozo, Planalto Norte: Francisco Konkol, Planalto Serrano: Márcio Pamplona, Vale Do Itajaí: Lindolfo Hoepers, e Sul: Edemar Della Giustina. **DIRETORIA SENAR:** Presidente: José Zeferino Pedrozo, Superintendente: Gilmar Antônio Zanluchi. **CONSELHO ADMINISTRATIVO:** José Walter Dresch – FETAESC, Luis Sartor, Luiz Vicente Suzin – OCESC Daniel Kupper Carrara – Senar Administração Central, Gilberto Modesto da Silva, Ricardo de Gouvêa – Agroindústria, Osvaldo Miotto Junior. **CONSELHO FISCAL:** Rita Maria Alves - Senar Administração Central, Maira Aparecida Nunes da Silva, Tatiane Mecabô Cupello – FAESC, Adílcio Pedro Pazetto, Valdeci de Andrada Pereira – FETAESC, Adriano da Cunha.

MB Comunicação: Jornalista Responsável: Marcos Antônio Bedin (Reg. Jornalista profissional MTB SC 0085-JP). Edição: Silvania Cuochinski. Redação: Marcos Antônio Bedin, Alessandra Cristina Favretto, Lisiane Kerbes, Marciane Páz Mendes e Silvania Cuochinski.
Dúvidas, comentários ou sugestões podem ser enviadas para os seguintes contatos: redacao2@mbcomunicacao.com.br ou (49) 99981-1157.
Diagramação / Impressão: COAN Indústria Gráfica
Tiragem: 5.500 exemplares.

Foto Wenderson Araujo/Trilux/CNA

FAESC/SENAR-SC E CNA ALERTAM SOBRE O VALOR DA TERRA NUA

O "Lançamento do Valor da Terra Nua (VTN) no Sistema de Preços de Terras (SIPAT) da Receita Federal (RFB) – Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR 2021" foi foco de palestra promovida pelo Sistema FAESC/SENAR-SC em parceria com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), no fim de julho. O objetivo foi esclarecer os critérios para avaliação e precificação do VTN; informar como deve ser declarado o VTN na declaração do ITR, além de trazer informações sobre os valores informados acima do real com finalidade arrecadatória, notificação por parte da Receita Federal ou Prefeituras, estratégias para coibir abusos dos municípios e a atuação do Sistema Sindical (CNA/Federações/Sindicatos).

A palestra reuniu representantes dos Sindicatos Rurais de todo o Estado e foi conduzida pelo coordenador econômico da Superintendência Técnica da CNA, Renato Conchon, que iniciou sua apresentação após o presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC e vice-presidente de finanças da CNA, José Zeferino Pedrozo, fazer uma explanação atualizando a questão do VTN.

Pedrozo lembrou que a Instrução Normativa número 1877 de 14/03/2019 da Receita Federal disciplinou a prestação de informações sobre o Valor da Terra Nua à Secretaria da Receita Federal do Brasil pelos produtores rurais e também pelos municípios e Distrito Federal para fins de arbitramento da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, dispondo sobre os critérios para avaliação e precificação do VTN, inclusive seguindo requisitos como localização, aptidão e dimensão do imóvel.

O dirigente observou, ainda, que no dia 30 de junho de 2021 encerrou o prazo para os municípios enviarem à Receita Federal a declaração do VTN. A Confederação Nacional dos Municípios (CNM), por meio da nota técnica número 172021 alertou aos municípios para que os laudos fossem feitos seguindo critérios específicos a serem utilizados por um profissional técnico exclusivo legalmente habilitado e vinculado ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e aos correspondentes dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CREA).

Com base nisso, Pedrozo instigou um debate sobre o impacto dessas informações prestadas pelos municípios à Receita Federal para os produtores rurais. Também questionou ao palestrante se é possível pressupor que o Valor da Terra Nua informado acima do valor real tem finalidade arrecadatória, além de levantar outros questionamentos como: o que o produtor deve fazer caso seja notificado por parte da Receita Federal ou pelas Prefeituras? Qual estratégia deve ser adotada para coibir abusos dos municípios? E de que forma o Sistema Sindical pode e deve atuar quando identificar que os preços médios informados pelas Prefeituras são excessivos ocasionando insegurança jurídica aos produtores rurais?

Palestra reuniu representantes dos Sindicatos Rurais de todo o Estado

ENTENDA MELHOR O ITR E O VTN

Ao iniciar a palestra, Renato Conchon fez uma avaliação sobre o impacto do ITR. "Na minha avaliação, no agronegócio, se existe um tributo que está trazendo insegurança jurídica e desconforto aos produtores rurais no Brasil e, em SC não é diferente, é o ITR. Ele não foi criado simplesmente para fazer arrecadação como o ICMS e o imposto de renda. Ele tem um viés de arrecadação porque é um tributo, mas foi constituído para acabar com o latifúndio improdutivo", explicou.

Segundo Conchon, o ITR antecede a Constituição de 88 que na época envolvia a questão do combate ao latifúndio improdutivo de grandes áreas. Esclareceu que o ITR é um tributo extrafiscal sem viés de arrecadação do ponto de vista de volume. "Também é um tributo federal, ou seja, quem cuida, quem administra, legisla e arrecada é a Receita Federal. Entretanto, veio a Emenda Constitucional do Brasil e permitiu que os municípios fizessem convênios com a Receita Federal seguindo uma série de requisitos".

Dentre eles, citou o servidor municipal exclusivo para cuidar do ITR, a realização do levantamento anual do VTN naquele município, além de outras questões burocráticas. "O município deve seguir também as instruções da normativa 1877 para mensurar o que é o VTN. Assim como é obrigação para os produtores é obrigação também para as Prefeituras".

Conforme Conchon, dos 5.570 municípios do Brasil, aproximadamente 2 mil firmaram convênios com a Receita Federal. "A partir desse momento todo o recurso arrecadado reverte-se diretamente para o município. Os que não têm convênio com a Receita Federal ficam com 50% do valor arrecadado e os outros 50% voltam para o município por meio de repasse", observou.

O palestrante destacou, ainda, que é justamente aí que começam os problemas. Os municípios estão buscando novas fontes de recursos para as suas despesas. Segundo ele, quem firmou convênio com a Receita Federal percebeu que o ITR é uma fonte de recursos bastante interessante e perdeu de vista a questão da extra fiscalidade da Receita Federal.

Conchon seguiu exemplificando que, muitos municípios fazem o convênio e, com base na Instrução Normativa 1877, definem um especialista registrado no CREA, fazem um laudo de responsabilidade técnica seguindo os requisitos da ABNT. "Sou especialista, fiz uma avaliação e no município o Valor de Terra Nua para lavoura de boa aptidão é, por exemplo, 5 mil reais, de média 4 mil reais e pastagens 3 mil reais".

O PROBLEMA

O grande problema, segundo o coordenador econômico da Superintendência Técnica da CNA, é que o especialista olha a instrução normativa e a regra, que são complexas, e segue o valor do mercado. "Nós temos ofícios em que os especialistas apresentaram para alguns municípios o seguinte: 'Prefeito, o Valor de Terra Nua de seu município é 17 mil reais. Peguei esse valor da tabela do levantamento dos preços de terra da consultoria Agro FNP que faz levantamento no Brasil inteiro. Então, através dessa publicação, a gente sabe quanto está rodando o valor de mercado das terras em todo o País'. Só que é valor de mercado! O especialista pega o valor de mercado, faz uma declaração, faz o ofício e manda para o prefeito que lança no Sistema de Preços de Terras (SIPT)".

Conchon ressaltou que, com essa atitude, já feriu o processo porque não fez o laudo e não seguiu a Instrução Normativa 1877, que determina o que é VTN. "Temos um grande problema! Assim como a Instrução Normativa exige dos prefeitos a elaboração de um laudo, a lei determina que os produtores rurais também façam o laudo, seguindo os mesmos critérios. Vamos falar dos produtores que seguem a lei. Ele faz o laudo, segue os critérios da Instrução Normativa e o especialista avalia que a propriedade é de boa aptidão. O VTN é de 4 mil reais, por exemplo. Declaração feita e imposto pago, só que a Prefeitura usou o valor de mercado porque o especialista falou que o VTN é 20 mil reais".

A declaração do produtor foi de 4 mil reais e a da Prefeitura de 20 mil reais. Como fica essa situação? O palestrante explicou que a Receita Federal começa um processo de fiscalização. Derruba a declaração, desconsidera os 4 mil e lança, por meio de ofício, os 20 mil informados pelo município. "Se não concordar posso entrar questionando administrativamente. A grande questão é: tenho laudo dizendo que minha terra é 4 mil reais e tenho o laudo da Prefeitura falando que é 20 mil reais. Isso é fonte de insegurança jurídica grande com incidência de aumento de carga tributária e é o que vem causando problemas no Brasil inteiro".

COMO RESOLVER

Mas, afinal, como resolver? "Se tenho laudo, posso questionar. Se meu especialista assinou a RT seguindo as instruções normativas eu entro com uma ação questionando. Não sou obrigado a pagar algo que não é devido, já que segui a lei. Se não tiver o laudo, a situação fica complicada. Não há outra possibilidade a não ser pagar", salientou Conchon ao alertar produtores e Sindicatos Rurais a ficarem atentos à necessidade do laudo seguindo a Instrução Normativa 1877. Sem isso não tem como questionar e dar o segundo passo".

Conchon alertou, ainda, a todos os presidentes de Sindicatos Rurais que acompanhem o lançamento dos preços de terras pelos seus municípios no SIPT. "Conversem com secretários de agricultura e secretários de fazenda municipais antes do lançamento e cheguem juntos a uma convergência do que é o VTN para não ter surpresa desagradável".

Segundo Conchon, a CNA está esperando a lista dos municípios do Brasil com o VTN lançado até 30 de junho. "Faremos um comparativo entre os valores lançados em 2021 e em 2020. O estudo servirá como um alerta para indicar às Federações e Sindicatos onde ocorreram os maiores problemas", finalizou.

ORIENTAÇÃO AOS SINDICATOS

Para finalizar, o presidente da FAESC reforçou a importância de avaliar com muita atenção os preços médios declarados pela Prefeitura de seu município no SIPT da Receita Federal do Brasil.

Orientou que, caso os preços médios de seus municípios extrapolarem os valores previstos na instrução normativa, ocasionando insegurança jurídica aos produtores e ao próprio município, a sugestão é formalizar a Prefeitura solicitando que os valores informados ao órgão federal sejam retificados, respeitando os critérios previstos no ato normativo.

"Sugerimos também informar que promoverão denúncia sobre o desrespeito à norma junto à Receita Federal do Brasil. Também pedimos para que comuniquem a FAESC sobre os preços de VTN informados pela Prefeitura e se houve descumprimento da metodologia de apuração de preços médios nos termos da Instrução Normativa 1877/2019".

FAESC QUER MAIS INVESTIMENTOS NO SISTEMA RODOVIÁRIO

A recuperação das rodovias estaduais e federais é fator essencial e urgente para a competitividade das empresas catarinenses e, em especial, para o agronegócio. Ao fazer essa assertiva, o presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo, reivindicou mais investimentos públicos no sistema viário e, simultaneamente, a abertura de editais para contratação de parcerias público-privadas (PPP) para viabilizar a realização dessas obras.

O dirigente assinalou que o transporte de insumos (animais, rações, sementes, adubos etc.) para milhares de propriedades rurais e a retirada da produção agrícola e pecuária acabada para o processamento agroindustrial tornou-se uma operação penosa. Da mesma forma, a transferência da produção industrial para os portos e centros de consumo ficou mais cara.

As condições das rodovias estão encarecendo em até 40% o transporte, retirando dos produtores rurais e das industriais a competitividade para disputar os mercados nacional e internacional, enfatizou. As rodovias estão com buracos e crateras em todo trajeto, o pavimento de asfalto esboroado, com afundamento e desagregação do leito, sinalização vertical e horizontal consumida pelo tempo e acostamentos (onde existiam) apresentando desnivelamentos.

Pedrozo lamentou que "a eficiência obtida dentro das porteiras no campo e das indústrias esteja sendo anulada pelas deficiências infraestruturais". O dirigente pediu a implementação imediata de um programa de investimentos nas rodovias estratégicas ligadas à produção e à conexão com os principais corredores rodoviários e com os principais mercados.

O presidente da FAESC mencionou estudos e avaliações do Instituto de Pesquisas Rodoviárias (IPR) e do DNIT, segundo os quais, o péssimo estado de conservação da rede viária resulta em até 58% de acréscimo do consumo de combustível, 40% de aumento no custo operacional dos veículos (como pneus e parte mecânica), 50% na elevação do índice de acidentes e 100% de acréscimo no tempo de viagem. Publicações técnicas internacionais apontam que para cada US$ 1 não aplicado em manutenção corretiva e conservação da rodovia, são necessárias a aplicação de US$ 3 a US$ 4 na restauração.

Pedrozo exemplificou que recente estudo da Federação das Indústrias apontou que a situação de 1.265 km de rodovias estaduais nas regiões Oeste, Extremo Oeste e Contestado – áreas de intensa produção agrícola e agroindustrial – é de extrema precariedade. No Oeste e Extremo Oeste foram avaliadas as SCs 155, 480, 305, 160, 161, 163, 386, 283 e 154. No Contestado foram analisadas as SCs 350, 135, 150, 355, 465, 464, 452 e 120. As rodovias federais BR-282, BR-163 e BR-158 também estão com o pavimento deteriorado e excesso de tráfego. Atenção especial é solicitada para o trecho da BR 282 entre a BR 101 e Alfredo Wagner, o qual necessita com urgência das terceiras pistas.

Para o dirigente, o Programa Novos Rumos do governo catarinense precisa investir valores muito superiores ao despendido nos últimos dois anos e meio.

Foto Pixabay

A recuperação das rodovias estaduais e federais é fator essencial e urgente

INVESTIMENTOS

R$ 210 milhões

É necessário investir cerca de R$ 210 milhões por ano para manter a malha estadual.

R$ 21 bilhões

Valor representa 1% do patrimônio rodoviário catarinense avaliado em R$ 21 bilhões.

6.000 Km

Santa Catarina tem cerca de 6 mil km de rodovias estaduais.

R$ 93 milhões

Em meados de junho, o governo catarinense informou que investiu R$ 93 milhões na recuperação e restauração de rodovias estaduais desde o início da atual gestão.

R$ 37,2 milhões

O valor é de aproximadamente R$ 37,2 milhões por ano, muito aquém do ideal recomendado.

PPP: UM CAMINHO

Depois de lembrar que a capacidade de investimento do Estado brasileiro está reconhecidamente afetada pelo seu crescente déficit fiscal e orçamentário, o dirigente observa que é desejável ampliar as privatizações e concessões para reduzir o espaço do setor público na economia e abrir espaço para o setor privado. Uma das alternativas mais promissoras é a formalização das PPPs (parcerias público-privadas) em áreas como infraestrutura, saneamento, rodovias, portos, aeroportos etc. O líder sindicalista mostra que "diante da impossibilidade de maior arrecadação de capital do setor privado por meio da tributação, cresce a possibilidade do emprego das PPPs na captação de recursos das esferas privadas na forma de investimentos".

O presidente da Federação da Agricultura entende que Santa Catarina tem interesse em uma agenda de concessões e PPPs de alta prioridade pública – como foi feito com a concessão do Aeroporto de Florianópolis à Zurich International Airport. "Precisamos duplicar as rodovias BR-282 e BR-470, construir as ferrovias Leste-Oeste (intraestadual) e Norte-Sul (interestadual), ampliar vários aeroportos etc. Para isso, é preciso aperfeiçoar os projetos de concessões e PPPs em todas as áreas", conclui.

REVISÃO DO CÓDIGO AMBIENTAL DE SC

Vai iniciar um debate que precisa ser conduzido com visão científica, conhecimento econômico e sensibilidade social: é a revisão do Código Ambiental de Santa Catarina, o primeiro editado em âmbito estadual no Brasil e aquele que influenciou a criação do Código Florestal Brasileiro. O sucesso ou o fracasso dessa revisão – prevista no próprio texto dessa legislação – dependerá da serenidade e do equilíbrio dos estudos e debates.

O Código barriga-verde foi sancionado e publicado em 13 de abril de 2009 pelo então governador Luiz Henrique da Silveira na forma da lei 14.675 e, até hoje, é considerado um dos atos mais importantes para a agricultura e o agronegócio.

A Assembleia Legislativa, após oito meses de debates, havia aprovado a matéria em 31 de março e o governador a sancionaria sem vetos. A lei foi considerada medida de salvação do setor primário da economia. A aprovação do Código Ambiental era uma questão de vida ou morte para a agricultura e toda a vasta cadeia do agronegócio. Era o fim da insegurança jurídica que ameaçava paralisar o setor primário.

Em 2021 o Código Ambiental catarinense completa 12 anos. É uma lei complexa – com certeza, uma obra a ser aperfeiçoada – que demandou muito tempo de discussão. Mas, sem dúvida, consistiu em um grande avanço para a proteção e o uso racional dos recursos naturais, reafirmando o conceito de que as florestas e a vegetação nativa são bens de interesse comum, advindo daí o comprometimento com a preservação do patrimônio vegetal e com a biodiversidade.

SC: O PRIMEIRO CÓDIGO FLORESTAL

O corajoso exemplo de Santa Catarina que, em 2009, aprovou e instituiu o primeiro Código ambiental adequado à realidade de seus recursos naturais, influenciou, na época, o governo central e o Congresso Nacional. Os catarinenses mostraram que a insegurança jurídica do agronegócio brasileiro estava entre as maiores do mundo. A legislação ambiental brasileira pecava pela falta de objetividade e pelo excesso de normas, dispersa em absurdos 16 mil itens, entre leis, portarias e códigos.

Sempre defendemos que a elaboração de normas ambientais fosse balizada mais por conclusões científicas do que por orientação ideológica. As avaliações científicas sobre a utilização dos recursos naturais e a exploração racional e sustentável da agricultura e da pecuária demonstravam que muitas normas ambientais federais eram excessivas, incoerentes, irreais e apenas inviabilizavam a agricultura, a pecuária e o agronegócio.

O Código Ambiental foi a lei possível naquele momento histórico de intensos embates, criando novos horizontes para a agricultura, a pecuária e o extrativismo. Estabeleceu pontos importantes, como o conceito de áreas de preservação permanente (APP) e de reservas legais.

Foto Pixabay

"Sempre defendemos que a elaboração de normas ambientais fosse balizada mais por conclusões científicas do que por orientação ideológica".

José Zeferino Pedrozo

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de SC (Faesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/SC)

AGORA, É HORA DA REVISÃO

Uma comissão mista (formada por membros das comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e Política Rural e de Turismo e Meio Ambiente) cuidará dessa tarefa, que exige profundo conhecimento da geografia, da topografia, da fauna e flora, do clima e das ocupações econômicas sustentáveis que fazem a grandeza do universo humano e natural de Santa Catarina. Espera-se que as conclusões reforcem a defesa da legislação ambiental com foco na realidade regional e nas áreas consolidadas. Necessário lembrar que o Código catarinense é mais exigente e restritivo que o Código nacional e que em outros estados, como o Paraná, a burocracia e a gestão dos licenciamentos foram simplificadas com medidas racionais de adesão e compromissos, com resultados duplamente satisfatórios – para o meio ambiente e para a economia.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina agiu corretamente ao aprovar o Código Ambiental Estadual, interpretando uma necessidade do desenvolvimento agrícola sustentável. O Código harmoniza e assegura a produção de alimentos e a proteção aos recursos naturais, racionalizando normas federais em razão das condições específicas de solo, clima, topografia e estrutura fundiária do território barriga-verde.

O Código estadual foi elaborado com base em argumentos científicos e com a participação de especialistas. Foi submetido a exaustivos debates em todas as regiões do Estado e representa um admirável consenso entre as classes produtoras, o parlamento catarinense e grande parte da sociedade catarinense. Para assegurar clareza e viabilidade ao primeiro Código Ambiental, as entidades contribuíram com estudos e sugestões apresentadas em conjunto. O primeiro Código Ambiental catarinense tornou-se possível graças a uma inovação institucional de grande relevância: o respeito ao princípio do pacto federativo de forma que cada Estado da Federação tem autonomia para legislar sobre matéria ambiental de acordo com as características de seus recursos naturais.

Essa conduta e essa metodologia devem ser preservadas.

As dificuldades impostas pela legislação ambiental vigente decorriam do caráter federal da lei, aplicada da mesma forma em todas as macrorregiões brasileiras. A legislação ambiental unificada para todo o Brasil criava transtornos em razão dos contrastes acentuados que existem nas macrorregiões brasileiras. As exigências de reserva legal em 20% da área territorial da propriedade e a manutenção da mata ciliar podiam ser adequadas para grandes propriedades do centro-oeste, mas inviabilizam as pequenas propriedades rurais de Santa Catarina.

A norma estadual foi criativa, reconheceu as situações consolidadas e estabeleceu parâmetros de proteção que são viáveis e eficazes: protegem o meio ambiente sem impedir a produção de alimentos, pois os produtores são os principais defensores da preservação do meio ambiente. Nesse aspecto é relevante demonstrar que 40% do território catarinense têm cobertura vegetal recuperada, uma situação privilegiada frente a outras unidades da Federação brasileira.

É essencial que a revisão do Código seja um reflexo da riqueza e da complexidade do agronegócio e do universo rural de Santa Catarina.

COM APOIO DO SENAR/SC, PISCICULTURA CRESCE NO SUL DE SC

Programa ATeG do Sistema FAESC/SENAR-SC oferece suporte técnico e gerencial aos piscicultores de todo o Estado

Os criadores de peixe do extremo sul catarinense estão investindo intensamente na atividade, especialmente no cultivo de tilápia. Para melhorar a produtividade, a lucratividade e aumentar o conhecimento na área, a Associação de Aquicultores de Turvo e Região (AAQUATUR) buscou no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/SC), órgão vinculado à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado (FAESC), o apoio que precisava com cursos e assistência técnica.

A supervisora regional do SENAR/SC no sul, Sueli Silveira Rosa, destaca que, com o início do Programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) na área da piscicultura no sul, foi possível melhorar a produtividade de 20% a 40% tanto em qualidade de pescado como na produção em menor tempo com planejamento e técnicas aplicadas à propriedade. "Em alguns casos o SENAR/SC é tão importante que os relatos dos produtores demonstram que estão investindo na atividade somente pelo suporte do técnico de campo", enfatiza Sueli ao exemplificar que o produtor Laércio Casa Grande, de Jacinto Machado, estava há 10 anos com o açude pronto, mas somente agora teve coragem de iniciar o cultivo.

A produção do extremo sul de Santa Catarina ainda é pequena quando comparada com outras regiões do Estado que investem pesado na piscicultura. Porém, a expectativa é dobrar a produção de 300 toneladas para 600 toneladas de tilápia com a mesma área de cultivo no próximo ano. Isto será possível com planejamento de povoamento de alevinos, recria e engorda, possibilitando duas despescas por safra.

Sueli enfatiza que o Programa de Assistência Técnica e Gerencial atende, mensalmente, 25 produtores da cadeia da piscicultura no sul com visitas de quatro horas em suas propriedades, onde são realizadas orientações técnicas e gerenciais para melhorar a produção e aumentar a produtividade. Os indicadores gerados pela atividade auxiliam o técnico de campo a orientar o produtor a encontrar a melhor forma de manejo para cada propriedade. Atualmente, o grupo possui uma área de aproximadamente 20 hectares de lâmina de água que é utilizada para o cultivo de peixes.

O supervisor técnico da área de piscicultura do SENAR/SC, Jaison Buss, salienta que os técnicos de campo da ATeG são treinados para ter uma visão dinâmica da propriedade e, com isso, trabalham todos os setores da cadeia produtiva, desde a organização das instalações, o setor produtivo até os controles gerenciais da atividade.

O presidente do Sindicato Rural de Jacinto Machado, Antonio José Porto, realça que são atendidos pelo Programa de Assistência Técnica e Gerencial os municípios de Praia Grande, Sombrio, Ermo, Turvo e Santa Rosa do Sul, além de Jacinto Machado. "O acompanhamento mensal da ATeG é essencial para fortalecer a organização e promover o desenvolvimento da atividade pesqueira na região, o que traz mais renda ao produtor e desenvolvimento econômico aos municípios".

ATENDIMENTO

Ao todo, são três turmas em andamento na região, com suporte técnico no extremo sul prestado pelo engenheiro agrônomo Darlan Varella; em Armazém pelo engenheiro agrônomo Vinicius Lole e em Braço do Norte pelo engenheiro agrônomo Juliano Teles. Todos os produtores estão organizados em associações. "Cada turma é formada por 30 produtores que já apresentam excelentes resultados como, por exemplo, melhorias na produtividade, manejo e gerenciamento, o que impacta positivamente na qualidade do produto final, fazendo com que nossos produtores se qualifiquem e apresentem produtos de qualidade ao mercado consumidor", destaca Varella.

Atualmente, há uma procura natural pelas associações e pelos produtores independentes no sentido de buscar capacitação da ATeG junto ao Sistema FAESC/SENAR-SC e aos Sindicatos locais, pois quem participa já ostenta visibilidade e resultados. "Temos outras demandas a serem atendidas em breve na região. A ATeG nos permitiu prestar atendimento direto ao produtor focando na sua atividade principal, capacitando e colaborando para o desenvolvimento profissional, financeiro e social do produtor e automaticamente da região", completa Varella.

Foto Wenderson Araújo/CNA

ENTENDA O PROGRAMA ATEG

A Assistência Técnica e Gerencial é um processo educativo que visa atender os produtores rurais com uma metodologia fundamentada em ações de diagnóstico, planejamento, adequação tecnológica, formação profissional do produtor e análise de resultados. Seu objetivo é aperfeiçoar a gestão, proporcionar o aumento da produção e fomentar a renda líquida das propriedades rurais catarinenses.

ATEG NO ESTADO

Neste ano, a ATeG de piscicultura conta com cinco grupos que atendem 138 produtores de 23 municípios do Estado. Segundo a coordenadora estadual da ATeG no Estado, Paula Araújo Dias Coimbra Nunes, a assistência técnica e gerencial vem apresentando importantes resultados para a cadeia produtiva da piscicultura. "Percebemos que as orientações e o acompanhamento dos técnicos qualificam a produção e melhoram a produtividade. Afinal, o programa capacita e ajuda os produtores a adotarem inovações nas práticas de manejo e instalação dos viveiros, auxilia na análise e no controle da qualidade da alimentação e da água e no desenvolvimento dos peixes, além de organizar a gestão das propriedades".

O superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi, ressalta que os resultados demonstram que o programa cumpre seu papel e contribui para que os piscicultores continuem investindo nessa atividade tão importante para as famílias que atuam na área e também para o movimento econômico do Estado. "Nós do SENAR/SC continuaremos oferecendo suporte técnico para ajudar a garantir qualidade, produtividade e renda aos produtores".

Foto Divulgação SENAR/SC

Os piscicultores do extremo sul catarinense estão investindo intensamente na atividade, especialmente, no cultivo de tilápia

Expectativa no extremo sul é dobrar a produção de 300 toneladas para 600 toneladas de tilápia com a mesma área de cultivo no próximo ano

ATeG oferece suporte técnico e gerencial aos piscultores

PESCA NO ESTADO

Mesmo que algumas características do Estado, como clima e relevo, não sejam as ideais para essa prática, Santa Catarina é o quinto maior produtor de peixes cultivados no País. Os incentivos oferecidos pelas entidades com ações de conhecimento e suporte técnico, aliado aos investimentos do Governo do Estado, contribuem para que o setor conquiste cada vez mais espaço no mercado.

No mês de junho o Governo anunciou aprovação de vários recursos para a agricultura com destaque para pesca artesanal, que ganhará um programa de R$ 30 milhões para melhoria da infraestrutura. "Os projetos são discutidos e elaborados a partir de demandas do setor produtivo e das lideranças estaduais e isso é fundamental para que possamos evoluir na elaboração de políticas públicas para o agronegócio catarinense", destaca o secretário da Agricultura de SC, Altair Silva.

Além dos recursos para a melhoria da infraestrutura da pesca artesanal, foram anunciados investimentos para a gestão da maricultura, que somados trarão R$ 30,4 milhões em investimentos.

Para o presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo, os recursos vieram em boa hora para fortalecer a atividade que sofreu impacto com a redução da renda da população provocada pela pandemia. "Embora o agronegócio represente uma das grandes forças econômicas catarinenses e sobreviveu com maestria esse momento difícil em que vivemos, a pesca e a maricultura foram prejudicadas pelo atual cenário. Esses investimentos que o Governo do Estado traz para o setor terão grande importância para o desenvolvimento dessas atividades que contam com expressivo potencial de crescimento em Santa Catarina", observa Pedrozo ao destacar que o Sistema FAESC/SENAR-SC seguirá firme no compromisso de oferecer assistência técnica e gerencial aos piscicultores e também aos maricultores do Estado.

PROGRAMA INOVA PESCA SC

A Secretaria da Agricultura investirá R$ 30 milhões para implantação ou reforma de infraestruturas de apoio à pesca artesanal. Serão firmados convênios de até R$ 1 milhão com municípios para o financiamento de até dois projetos.

SISTEMA DE GESTÃO DA MARICULTURA CATARINENSE – SIGMA

Os maricultores e técnicos de Santa Catarina terão acesso a um sistema com dados cadastrais e geográficos para a gestão da maricultura. A Secretaria da Agricultura destinará R$ 421,4 mil ao projeto para o desenvolvimento de um sistema de informações que auxilie no gerenciamento das áreas aquícolas marinhas e no controle sanitário dos moluscos.

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

A Secretaria da Agricultura investirá R$ 10 milhões na aquisição de equipamentos para fortalecimento da agricultura familiar e pesca, além de minimizar os impactos da estiagem. Os implementos serão repassados aos municípios via termo de cessão de uso.

CADEC FORTALECE ATUAÇÃO COM REFORÇO NO TIME

Foto Tiago Rafael-ACCS

Lideranças do setor agropecuário, durante reunião em Seara

Criadas pela Lei da Integração (Lei 13.288/2016) para promover a transparência na relação contratual entre produtores integrados e agroindústrias, as Cadecs (Comissões para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração) conquistam cada vez mais força. Em Santa Catarina, a iniciativa é orientada e assessorada pelo Sistema FAESC/SENAR-SC em parceria com os Sindicatos Rurais e entidades do agronegócio. Para fortalecer o trabalho com foco na suinocultura, a Cadec da área ganhou reforço com a chegada de um novo técnico para dar suporte aos produtores rurais.

O Sistema FAESC/SENAR-SC trouxe, com apoio da Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS), Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS) e o Sindicato Rural de Seara, um novo técnico para atuar na Cadec de suinocultura. A partir de agora, o consultor da ABCS, Nilton Nehillesheim, está à disposição e auxiliará o consultor do Sistema FAESC/SENAR-SC, Erno Menzel, nas demandas dos suinocultores.

O técnico foi apresentado no mês de julho, durante reunião em Seara que discutiu a Lei da Integração, com a participação do superintendente do SENAR/SC Gilmar Zanluchi, do assessor jurídico da FAESC Clemerson Pedrozo, da coordenadora do Departamento Sindical da FAESC Andreia Barbieri Zanluchi, do presidente da ACCS Losivanio Luiz De Lorenzi, do presidente do Sindicato Rural Valdemar Zanluchi, do consultor do SENAR/SC Erno Menzel, entre outros representantes do segmento.

O consultor do SENAR/SC, Erno Menzel, que atua no suporte às Cadecs de vários segmentos, salientou a importância do trabalho iniciado pelo Sistema FAESC/SENAR-SC no ano passado e do apoio que as Associações Brasileira e Catarinense oferecem a partir de agora com mais um consultor que vem para complementar na suinocultura. "Desenvolvemos um trabalho especialmente de fortalecimento, organização e formação dos produtores para atuarem de forma cada vez mais efetiva para obter os melhores resultados".

Segundo De Lorenzi, a partir de agora o trabalho será ainda mais forte, o que é essencial para fomentar os resultados. "Sabemos das dificuldades para produzir e, para que o produtor tenha mais qualidade de vida no meio rural, é essencial que obtenha rentabilidade. A Cadec é fundamental para garantir resultados rentáveis", finalizou.

Zanluchi completou que, junto com os parceiros dessa inciativa, o objetivo é somar, otimizar esforços e potencializar os recursos humanos para apoiar o produtor rural. "A partir de agora, vamos consolidar as ações de assessoria técnica e capacitação gratuita para que os produtores possam definir estratégias, participar das negociações diretamente com as agroindústrias e conquistar a sustentabilidade de seus negócios".

Os coordenadores das Cadecs que precisarem de apoio poderão entrar em contato com o Sindicato Rural ou com o Sistema FAESC/SENAR-SC.

CADEC

A Cadec é uma comissão para acompanhamento, desenvolvimento e conciliação da integração formada por representantes dos produtores e da indústria. Entre seus objetivos está a promoção da transparência na relação contratual. Nas Cadecs são discutidos todos os assuntos importantes que afetam os produtores integrados e a integradora. As decisões devem refletir o consenso.

LEVANTADOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DA SUINOCULTURA EM SEARA

Suinocultura UT (Unidade de Terminação) e UPL (Unidade de Produção de Leitão) foram o foco de dois painéis virtuais realizados, em julho, em Seara, no oeste catarinense, para levantar os custos de produção, a valorização no mercado e as projeções do segmento. Desenvolvidos pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Labor Rural, os eventos contaram com a parceria do Sistema FAESC/SENAR-SC e Sindicatos Rurais.

Os encontros, promovidos de forma virtual como medida de prevenção ao coronavírus, reuniram representantes do Sistema FAESC/SENAR-SC, do Sindicato Rural de Seara e produtores integrados da região.

Na abertura, o presidente do Sindicato Rural Valdemar Zanluchi destacou a importância da iniciativa para fortalecer a produção de suínos local. O representante da FAESC na Comissão Nacional de Aves e Suínos da CNA, Gilmar Antônio Zanluchi, complementou que as informações levantadas no Campo Futuro são essenciais para planejar estratégias que visam fomentar o segmento com base em dados reais do município. "Esse levantamento é importante para que os produtores reduzam riscos e garantam mais rentabilidade. Além disso, o produtor também passa a entender melhor os custos que, muitas vezes, não sabia que impactavam no seu negócio".

A coordenadora de Produção Animal da CNA, Lilian Figueiredo, enfatizou que os dados serão disponibilizados em relatórios de forma detalhada em breve. Segundo ela, no Painel UT foi possível observar que o preço de venda praticado na região não está pagando nem o custo operacional efetivo. "A produção do suíno está mais cara do que o preço de venda obtido na região. Mesmo a curto prazo, a atividade não está sendo lucrativa. Já na UPL, o cenário está um pouco melhor, mas mesmo assim, é preocupante. Observamos que, nessa categoria, é pago apenas o custo operacional efetivo, que são aqueles gastos diretos com os animais".

Lilian ressalta que é apertado para o produtor, mas é possível pagar. "Se analisarmos em médio e longo prazo, tanto o custo operacional quanto o custo total, que verifica realmente todos os custos diretos e indiretos envolvidos na produção, os dois cenários estão negativos e se mostram preocupantes para a suinocultura integrada de Seara".

O presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, enfatizou que essa situação confirma a necessidade de pensar em políticas para reverter o atual cenário. "É nesse momento que percebemos o quanto o Campo Futuro é importante para termos em mãos dados reais de cada região e, com base nisso, planejar ações adequadas para uma eficiente gestão de custos que atenda a realidade de cada local. Dessa forma, é possível fortalecer a atividade no mercado e gerar mais renda aos produtores rurais".

Painel do Campo Futuro do setor de Suinocultura UT

Painel Campo Futuro sobre avicultura de corte

PROJEÇÕES DA AVICULTURA DE CORTE EM CHAPECÓ E ITAIÓPOLIS

Os custos de produção, a valorização no mercado e as projeções do segmento de avicultura de corte de Chapecó e Itaiópolis também foram destacados durante painéis on-line do Campo Futuro realizados em julho. Os eventos foram conduzidos pelos profissionais da Labor Rural Paulo Henrique Paiva (Chapecó) e Liliam Fontes (Itaiópolis).

Participaram representantes do Sistema FAESC/SENAR-SC, dos Sindicatos Rurais de Chapecó e Itaiópolis e produtores integrados das duas regiões. O presidente do Sindicato Rural de Chapecó, Luiz Carlos Travi, e do Sindicato Rural de Itaiópolis, Mauro Kazmierczak, reconheceram a expressão do Campo Futuro para as duas regiões e destacaram o quanto são importantes para o desenvolvimento de ações que visam fortalecer o segmento.

A coordenadora de Produção Animal da CNA, Lilian Figueiredo, enfatizou que em breve serão disponibilizados relatórios de forma detalhada sobre os custos de produção da avicultura de corte, mas apresentou uma prévia sobre o atual cenário nas duas regiões. "No painel realizado em Chapecó observamos que foi pago apenas o desembolso direto que é o pagamento do custo operacional efetivo. As demais despesas de médio e longo prazo continuam negativas para o produtor rural. No painel, que reuniu produtores de Itaiópolis, verificamos que inclusive o operacional efetivo na situação atual da região encontra-se negativo. A atividade está operando negativa em todo o ciclo, ou seja, no curto, médio e longo prazos, mostrando que realmente há necessidade de ajustes de remuneração ao produtor".

O presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, salientou que assim como nos dois painéis da área de suinocultura realizados em Seara, a situação da avicultura também confirma a necessidade de planejar políticas para reverter o atual cenário. "Com o relatório detalhado que vamos receber sobre a realidade da avicultura de corte nas regiões de Chapecó e Itaiópolis teremos condições de planejar políticas voltadas para melhorar a competitividade do setor e aumentar a rentabilidade dos produtores. Além disso, com os dados em mãos os avicultores terão embasamento para tomar as melhores decisões".

CAMPO FUTURO

O Campo Futuro visa calcular os custos de produção nas propriedades e disponibilizar informações para os produtores sobre o mercado. Trata-se de um projeto de gestão de custos e riscos voltado para produtores rurais, com propósito de calcular os gastos de produção nas propriedades e utilizar as operações em mercado futuro. Após a realização dos painéis, as matrizes de custos e as informações sobre as receitas médias são atualizadas pelas instituições parceiras do projeto. As atividades agropecuárias e respectivas regiões foram definidas com base na necessidade de atualização das informações e inclusão de novos polos produtivos.

Oficina técnica reuniu produtores do oeste que participam da ATeG com foco em bovinocultura de leite

MAIS CONHECIMENTO AOS CRIADORES DE GADO LEITEIRO NO OESTE

Pastagens de inverno, planejamento forrageiro, adubação, manejo de pastagens e posicionamento de cultivares de inverno. Estes foram os assuntos abordados, no fim de julho, durante oficina técnica em Modelo – oeste catarinense. O evento reuniu produtores rurais que participam do Programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) com foco em bovinocultura de leite, promovido pelo SENAR/SC, órgão vinculado à FAESC, e pelo Sindicato Rural de Pinhalzinho.

A atividade, realizada na propriedade da família de Odair Salvatori, contou com a participação de mais de 100 pessoas entre produtores dos três grupos da ATeG na região, supervisores e técnicos. A programação foi conduzida pelo supervisor técnico Leandro Simioni, com a colaboração dos supervisores Jean Palavro e Fernando da Silveira, bem como dos técnicos de campo Neusa Menegotto e Alceu Klemann. Também acompanharam as atividades a supervisora regional do SENAR/SC Grasiane Viêra, o presidente do Sindicato Rural de Pinhalzinho Valdecir Paulo Reiter, técnicos e supervisores da região.

Simioni explicou que as atividades no campo demonstrativo iniciaram em abril com a semeadura de 15 cultivares de pastagens de inverno tendo o objetivo de demonstrar o posicionamento de cada cultivar e orientar o produtor sobre os procedimentos de plantio, adubação, manejo etc. "O objetivo foi demonstrar o comportamento das diferentes cultivares em uma situação normal da atividade leiteira, com tratos culturais, manejos adequados e pastejo nas alturas corretas de entrada e saída dos animais. Mostramos que é possível, com cultivares adequadas, adubação e manejo, disponibilizar pasto/feno de boa qualidade aos animais com menor custo. A ideia foi demonstrar como posicionar o plantio das cultivares de pastagens de forma adequada, visando forragens de alta qualidade e em quantidade ideal às necessidades do rebanho durante o ano inteiro".

Na adubação foram destacadas as questões que envolvem a análise de solo, correção de solo, adubação de base e cobertura para garantir elevadas produções de matéria seca. Quanto ao manejo, segundo Simioni, o objetivo foi focar nas alturas de entrada e saída para aproveitar o máximo potencial produtivo das cultivares. "Conhecer o ciclo de cada cultivar é fundamental para obter maior quantidade e qualidade, sem prejudicar o desenvolvimento da forrageira e a qualidade do solo. É possível ajustar as novas tecnologias e cultivares a realidade dos produtores, aumentando a produção de leite e o resultado econômico das propriedades.

A supervisora regional do SENAR/SC Grasiane avalia a Oficina Técnica de forma muito positiva. "Tivemos a participação de três grupos formados por mais de 90 produtores que tiveram a oportunidade de perceber na prática que é possível adotar novos métodos e ter excelentes resultados. Além disso, foi um evento com ótimas parcerias técnicas que possibilitou apresentar as inovações do setor".

ATEG

A ATeG oferece assistência técnica e gerencial que permite acompanhar as atividades dos produtores para auxiliá-los na tomada de decisões, no planejamento das propriedades e nas ações práticas da produção. Para isso, os produtores contam com o acompanhamento mensal de um técnico em sua propriedade, além de todo o suporte da equipe de supervisores regionais e supervisores técnicos da ATeG.

A coordenadora estadual da ATeG em Santa Catarina, Paula Araújo Dias Coimbra Nunes, explicou que no Estado o programa conta com 159 técnicos de campo e nove supervisores técnicos, além dos supervisores regionais do SENAR/SC e da estrutura de apoio dos Sindicatos Rurais de cada região. "Nosso principal foco é proporcionar melhoria na produção e aumento da rentabilidade aproveitando todo o potencial existente na cadeia produtiva do leite".

O superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi, destacou que o trabalho de assistência técnica e gerencial vem incentivando a produção de leite de qualidade, além de promover uma gestão sustentável e lucrativa aos produtores rurais. "Contabilizamos excelentes resultados tanto no melhoramento genético do rebanho quanto no aperfeiçoamento do nível de gestão e produtividade, beneficiando toda a cadeia produtiva".

O presidente do sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, também enfatizou o quanto o programa de assistência técnica e gerencial contribui para o crescimento do setor. "Em 2016, aceitamos o desafio de sermos pioneiros na execução da Assistência Técnica e Gerencial na bovinocultura de leite pelo projeto Leite Saudável. Atualmente, comemoramos o sucesso dessa iniciativa e, somente neste ano, contamos com a participação de 71 grupos e 2.130 produtores em Santa Catarina.

Fotos: Divulgação SENAR/SC

Objetivo foi demonstrar o posicionamento de cada cultivar e orientar o produtor sobre procedimentos de plantio, adubação, manejo etc

CONSERVAÇÃO DE SOLOS É FOCO DE CURSO PARA TÉCNICOS

Essa foi a segunda turma do curso que oportunizou capacitar 100% dos veterinários da regional.

Foto Divulgação SENAR/SC

Capacitação realizada no município de Campo Alegre

Atividade também ocorreu em Major Vieira

Os técnicos que atuam no Programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) em Bovinocultura de Corte e de Leite e Ovinocultura de Corte no planalto norte participaram, no mês de julho, do curso de Conservação de Solos em Campo Alegre. A iniciativa foi do SENAR/SC com o objetivo de prepará-los para dar suporte ao produtor no manejo de solos, bem como na implantação e manejo de pastagens, entre outros aspectos que visem os melhores resultados nas propriedades.

A capacitação reuniu os veterinários que atuam como técnicos de campo nos municípios de Mafra, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Campo Alegre e Joinville. Também estiveram presentes a supervisora regional do Senar/SC, Carine Weiss, e a supervisora técnica da entidade, Taiane Plautz.

Essa foi a segunda turma do curso que oportunizou capacitar 100% dos veterinários prestadores de serviço de técnico de campo do programa de assistência técnica e gerencial ATeG da regional. No mês de junho ocorreu capacitação em Major Vieira com técnicos dos municípios de Itaiópolis, Papanduva, Major Vieira, Canoinhas, Irineópolis, Porto União e Monte Castelo.

Os cursos, com aulas teóricas e práticas, foram ministrados pela prestadora de serviços engenheira especialista na área de manejo de solos, Bianca Simon, e oportunizaram complementar e aperfeiçoar os conhecimentos dos veterinários na área de solos junto aos produtores atendidos por eles. "O SENAR/SC está capacitando seus técnicos de campo em áreas específicas das demandas existentes nas propriedades para que possam ter uma ferramenta a mais para oferecer o suporte adequado aos produtores rurais", observou Carine.

ATEG BOVINOCULTURA DE CORTE

A coordenadora estadual da ATeG em Santa Catarina, Paula Araújo Dias Coimbra Nunes, explica que o programa, realizado no Estado todo, permite oferecer assistência em gestão da propriedade com apresentação de técnicas eficientes de produção. O superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antonio Zanluchi, e o presidente do Sistema Faesc/Senar-SC, José Zeferino Pedrozo, reforçam que a capacitação constante dos profissionais que atuam junto aos produtores é uma das prioridades da entidade. Segundo eles, os resultados vêm se destacando, cada vez mais, justamente porque a entidade conta com equipes técnicas preparadas para auxiliar os produtores com soluções eficazes que visam os melhores resultados nas propriedades.

Evento reuniu mais de 220 pessoas entre funcionários e dirigentes de aproximadamente 180 Sindicatos Rurais de SC e PR

RECEITA FEDERAL TRAZ ORIENTAÇÕES SOBRE O DECLARA AGRO EM EVENTO DA FAESC E FAEP

A Operação Declara Agro foi foco de recente evento on-line, com mais de 220 pessoas entre funcionários e dirigentes de aproximadamente 180 Sindicatos Rurais de Santa Catarina e do Paraná. A iniciativa foi do Sistema FAESC/SENAR-SC, FAEP/SENAR-PR e Receita Federal do Brasil. O objetivo foi informar as lideranças e equipes das entidades sindicais sobre as orientações que devem transmitir aos contribuintes sobre a autorregulação das declarações dos produtores rurais pessoas físicas.

A operação Declara Agro foca na apuração de prováveis ocorrências de sonegação do Imposto de Renda por parte de produtores rurais nos estados do Paraná e Santa Catarina. Felisberto Mioto, delegado da Receita Federal do Brasil em Cascavel, explicou que a ação surgiu com a análise de notas fiscais eletrônicas emitidas por pessoas jurídicas que investem em produtos provenientes do exercício de atividades rurais. Segundo ele, ao fazer o cruzamento dessas notas fiscais com dados contidos nos sistemas informatizados da Receita Federal, foi possível levantar a lista dos contribuintes que deixaram de apresentar declarações de ajuste anual do IRPF.

De acordo com Mioto mais de 30 mil contribuintes estão em débito com a Receita."Queremos facilitar o pagamento de quem comparecer espontaneamente à Receita Federal. A operação foca na autorregulação e traz orientações sobre a apresentação de declarações ou justificativas, pagamento ou parcelamento do imposto de renda. Os benefícios para os contribuintes que aderirem às ações de conformidade incluem autorregularização sem multas, tempestividade de ação do fisco (custos) e segurança jurídica", observou.

Ao deixar de apresentar a declaração, o produtor rural poderá ser penalizado com a abertura de procedimento fiscal, levando à apuração do imposto a pagar, multa e juros de mora. Além disso, pode gerar pendências no cadastro do CPF, impedindo a emissão de Certidão Negativa de Débitos (CND), inviabilizando financiamento agrícola em bancos oficiais, por exemplo.

Para evitar a multa, o contribuinte pode regularizar sua situação espontaneamente, apresentando as declarações correspondentes aos anos em que ocorreu a omissão. No site da Receita Federal (www.gov.br/receitafederal), na seção "Meu Imposto de Renda", podem ser encontrados os programas geradores de declaração de 2016 em diante.

O presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo, ressaltou que o evento representou uma oportunidade para que as entidades estejam preparadas para alertar os produtores rurais sobre a importância de regularização de suas declarações. "É fundamental que todos estejam informados sobre os procedimentos para evitar equívocos que possam resultar em penalidades".

Santa Catarina tem campo futuro sim

Com o Campo Futuro fica muito mais fácil tomar decisões em relação ao seu negócio rural. Além de acompanhar a evolução dos custos de produção de sua região, o projeto permite analisar a rentabilidade de suas atividades agropecuárias.
Neste ano, os painéis do Campo Futuro vêm ocorrendo de forma on-line. O evento já aconteceu em sua cidade e você não conseguiu acompanhar?
Fique tranquilo e procure a Faesc ou o seu Sindicato Rural para receber o relatório completo.

FAESC Federação da Agricultura e Pecuária – Santa Catarina
SENAR Santa Catarina
CNA
Campofuturo

Fotos: Wenderson Araujo Trilux-CNA e Camilo Andres Rivera Hincapie